

A ECONOMIA DO LEITE E AS MINIUSINAS

A. R. Teixeira Filho
e Yoshihiko Sugai⁽¹⁾

1. Introdução

Os novos padrões de competição e de comércio que a instituição do Mercosul cria para a economia brasileira e, especialmente, para seu setor primário, em certos casos, exigirão reconstrução de algumas atividades. Nestas, o pequeno produtor e as camadas de salários mais baixos deverão merecer atenção especial.

Algumas buscas na literatura e análises de experiências de outras sociedades mostram alternativas adotadas noutros países que podem representar opções válidas para certas regiões do Brasil.

Associações de produtores rurais (pequenos produtores) fornecedores de matéria-prima, com indústrias que transformavam seus produtos e os levavam aos mercados consumidores, teriam sido de fundamental importância em alguns países.

Na França um processo que funcionou preconiza a localização de unidades industriais (pólos) junto a comunidades ou regiões de pequenos produtores. Estes tornam-se fornecedores de matéria-prima para o pólo industrial. A proximidade entre as partes enseja redução de custos, melhoria da matéria-prima recebida pela indústria, e, em consequência, dos produtos entregues ao consumidor. Nesse processo,

toda a sociedade se beneficia. A esse sistema se atribui uma melhor distribuição de ganhos entre o setor produtivo primário, o industrial e o de distribuição.

A constância e a regularidade da oferta de matéria-prima exigiam e facilitavam a passagem rápida dos produtos acabados pelo sistema comercial; o volume de negócios crescia e com ele surgiam grandes firmas comerciais. O Carrefour é citado como resultante desse esquema de reconversão (há outras redes que supostamente surgiram deste momento na França, por exemplo, Leclerc, Cassino etc.).

No Brasil, um programa de segurança alimentar envolveu a parcela carente alvo, pequenos produtores rurais e a componente industrial do setor (pequenas indústrias).

Este talvez seja o melhor exemplo de ação efetiva de desenvolvimento econômico com expansão de emprego, garantia de renda, capitalização industrial e segurança alimentar. Trata-se do Programa de Distribuição de Leite do Estado de Goiás, programa que envolve o pequeno produtor de leite, as miniusinas de industrialização e a população de crianças pobres do estado.

As principais características daquele programa estão aqui descritas, procurando situá-lo nas circunstâncias atuais de ajustamentos na economia brasileira. O

documento segue oferecendo uma visão panorâmica da produção de leite e da indústria láctea no Brasil. A industrialização de leite e sua distribuição são abordados a seguir. Este setor tem passado por mudanças fundamentais. A situação internacional do leite é o tema subsequente. As informações oferecidas nessas etapas do documento configuram um ambiente que convida a inovações. Com o título - A logística da distribuição de leite e as miniusinas", o tópico seguinte oferece especulações sobre possíveis papéis que essas pequenas indústrias podem desempenhar no setor.

Este trabalho pretende avaliar, em tese, as possibilidades das miniusinas como possível via de se promover inovações no setor leiteiro. Essas inovações aconteceriam no relacionamento da indústria com seu fornecedor de matéria-prima; e dos dois componentes com seus consumidores.

De certa forma, busca-se também registrar o esforço que vem se desenvolvendo no Estado de Goiás, no setor leiteiro, com vistas à segurança alimentar de sua população carente.

Num processo desse tipo, no qual todas as partes se beneficiam e há solidariedade produtiva, consegue-se dispensar interferência alheia ao setor. Um papel que se atribui ao governo em tais arranjos encontra-se na determinação da localização, nas regiões, dos pólos industriais. Pode-se também imaginar que ficaria bem se o governo, uma vez determinada a localização destes pólos, oferecesse as condições mínimas de sua infra-estrutura, como: disponibilidade de energia, água, de facilidades de comunicação etc.

Apesar das grandes diferenças das condições entre os países onde mecanismos desse

(1) Pesquisadores da EMBRAPA.

tipo funcionaram e o Brasil, é necessário acreditar que aqui também as soluções semelhantes podem e devem ser testadas. A sociedade brasileira precisa urgentemente encontrar soluções para problemas relacionados com o pequeno produtor.

Já se começa a ter notícias de esquemas que tendo nascido e crescido, fundamentados na agregação da pequena produção rural, começam a despertar pelo incômodo que o pequeno produtor representa. No Sul do país, o fato de o pequeno produtor rural exigir atenção semelhante ao grande e aportar ao processo volumes muito menores de produtos, e portanto, ensejando menores retornos, já começa a inspirar certa rejeição, pelos grandes complexos, da participação do pequeno produtor no seu esquema.

Os grandes integradores da produção agropecuária em Santa Catarina já se incomodam com a presença de pequenos produtores entre seus fornecedores. No Paraná, a presença maciça de pequenos produtores de soja incomoda os grandes industriais da leguminosa.

Todos esses pensamentos levam à esperança do que pode vir a ser o futuro da agroindústria de leite, especialmente em sua componente das miniusinas.

2. O Programa de Distribuição de Leite em Goiás

Percebe-se neste programa uma busca efetiva pelo Governo do Estado de Goiás de participar da construção da segurança alimentar naquele estado.

O estado elege o estratagema de sua população a ser assistido: lares com renda familiar de até um salário mínimo - definição precisa e adequada, pois, "na população de renda familiar até um salário mínimo o leite pratica-

mente não entra na dieta alimentar".

Em seguida, enumeram as crianças de menos de seis anos em cada unidade familiar e, para cada criança, entrega um litro de leite e um pão por dia. São distribuídos 90.000 litros de leite por dia. Para tanto, negocia-se a compra do leite com as miniusinas beneficiadoras. Nas operações do programa, as miniusinas compram leite dos produtores a R\$0,25 (vinte e cinco centavos) o litro. Depois de pasteurizar o produto e ensacá-lo, cada litro de leite tem sido pago às miniusinas a razão de R\$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos).

Além dos aspectos humanitários abrangidos pela distribuição de alimentos às populações carentes, este programa reforça a idéia de investimentos na mais rentável componente do capital, o capital humano. A opção de investimento de retorno mais alto possível.

A falta de certos alimentos na infância arruina as possibilidades físicas, mentais e intelectuais do ser humano, leva a populações debilitadas em sua inteligência, e enfraquecidas em suas possibilidades de trabalho. Estes fatos estão na base dos altos retornos que estes investimentos alcançam.

O programa é também oportuno por incentivar o sistema produtivo num momento muito conveniente, por várias razões: o consumo de leite no Brasil tem crescido. Um estudo de um professor da USP mostra que da segunda metade da década de 70 até fim dos anos 80, o consumo de leite vem aumentando, pelo menos quando comparado com outros alimentos. Outra constatação do mesmo trabalho é que o consumo de leite tem aumentado mais que a população.

Mudanças de hábitos alimentares associadas ao processo de urbanização levam as pessoas a preferir alimentos que não exigem muito tempo de preparação; leite e seus derivados (queijos, manteiga, iogurtes e outros produtos lácteos) que podem ser consumidos, praticamente sem trabalho de preparação no domicílio.

Na medida em que o programa de distribuição de leite constituiu a ativação de uma componente do consumo, leva-se ao setor produtivo, e especialmente à pequena produção interiorana, o estímulo que o aumento da demanda transmite.

O consumo de leite alcança acréscimo notório na atual década em decorrência de ajustes da economia brasileira. O aumento mais expressivo acontece com a implantação do Plano Real.

O consumo de leite tende a crescer. A intensificação da urbanização aumenta a tendência de crescimento. O aumento de renda em função do Plano Real, especialmente das camadas com maior elasticidade renda do consumo de alimento, dá ímpeto adicional ao consumo interno.

Quando mudanças desse gênero começam a acontecer, é preciso mudar com vistas a garantir condições para que o abastecimento interno do estado seja efetuado com produção própria.

A alternativa de abastecimento interno no estado é naturalmente ameaçável pela compra do produto de outros estados, e também de outros países. O acerto na economia brasileira leva também em conta acertos internacionais, nas relações comerciais do Brasil com outros países.

O abastecimento de leite em qualquer estado brasileiro pode ser influenciado pelo que acontece em outros, bem como

pela disponibilidade do produto importado ou importável, uma vez definidas as regras do comércio do país. Cruz e Co-autores concluem que o leite fluído da Argentina consegue penetrar 810km e ser vendido no Brasil; o do Uruguai 1.125km.

Internamente no Brasil, observam-se esforços de organizar melhor o setor leiteiro (e de laticínios) nos estados. São Paulo busca avaliar a capacidade produtiva de cada região (Dira). Minas Gerais leva a efeito o mais completo dos diagnósticos do setor leiteiro.

Deve-se realçar, mais uma vez, o esforço goiano de incentivar a procura dos produtos simultaneamente a esforços de organização do setor, no que ele tem de mais promissor, que são as interações entre o produtor rural e a indústria de seu produto. Nesse processo a grande novidade surge na interface do produtor (fornecedor de matéria-prima) com a indústria que recebe seu produto.

Ainda como reflexo dos ajustes econômicos, há que se levar em conta o fluxo de capital internacional que o Brasil tem recebido, especialmente no setor de laticínios. Acredita-se que as aquisições no setor continuarão tanto por novas firmas internacionais que deverão procurar opções de investimentos no Brasil, ou mesmo por empresas que, já estando no Brasil, irão descobrir a opção que o setor leiteiro oferece.

Do ambiente internacional devem-se considerar a abertura comercial, a consolidação da união aduaneira alcançada na Região Sul (a caminho do MERCOSUL), a incorporação da agricultura nas regras do comércio mundial - a queda na produção nos países que constituíam a União Soviética, e o aumento da demanda nos países

asiáticos. Todos esses eventos induzem a necessidade de melhor organização do setor produtivo interno, para suportar maior competição externa, e para se candidatar a opções de exportar produtos especialmente para abastecer os mercados de maior renda, maior sofisticação e maiores exigências.

3. Leite e Indústria Láctea no Brasil

O Brasil, com o segundo rebanho bovino mundial, sétimo produtor de leite do planeta convive, no setor, com padrões de desempenho que atestam o atraso numa atividade muito importante.

Entre 1980 e 1992 o país alcançou a produção média, per capita, de cerca de 95 l/ano. Essa quantidade comparada com o consumo preconizado pela FAO, de 215 litros por ano, ilustra, de modo claro, uma importante fragilidade do setor. Um grande produtor que não consegue se abastecer.

A produção média de leite por vaca/ano, estimada em 793 kg no Brasil e em 897kg em Minas Gerais, em 1996, está muito abaixo da média mundial, 2.080kg/vaca/ano. A produção por vaca está muito inferior àquela dos países de maior produtividade - Estados Unidos, 6.744 kg, França, 5.101 kg, Nova Zelândia, 2.979 kg, Argentina, 2.286 kg e Uruguai, 1.680 kg.

Em função das novas regras de comércio internacional, é conveniente que a atividade leiteira nacional procure os meios de alcançar maior produtividade de seus recursos. Nesse sentido, observa-se que entre os estados maiores produtores, há notícias de melhorias notórias. O Estado de São Paulo, com o crescimento do número de produtores altamente

tecnificados, acena com possibilidade de aumento de sua produção anual em cerca de 1 bilhão de litros/ano (50% da produção atual).

Em Minas Gerais, o maior e mais tradicional produtor de leite do país, recente diagnóstico do setor não mostra grandes perspectivas de progresso. Talvez a mudança mais expressiva no cenário leiteiro de Minas seja o deslocamento da produção da Região Sul/Sudeste, com mais tradições leiteiras, para as regiões Triângulo/Alto Parnaíba. Essa mudança não chega a se associar ainda com progresso tecnológico. Na região Triângulo/Alto Parnaíba, a produção média por vaca/ano é de apenas 795kg, o que deixa sua produtividade mais baixa do que a da Região Sul/Sudeste, de 897 kg.

No contexto nacional tem-se que registrar também o crescimento da produção na Região Centro-Oeste, onde o Estado de Goiás lidera o processo, já alcançando a posição do 4º produtor nacional, superando, segundo algumas estatísticas, o Estado do Paraná⁽²⁾.

Do ponto de vista da demanda, o principal problema se relaciona com o baixo poder aquisitivo da população. A estimativa mais conhecida da conta de que a vasta população brasileira, cuja renda familiar mensal se situa até a faixa de um salário mínimo, simplesmente não inclui leite em sua dieta alimentar.

As mudanças no processo econômico nacional, com o controle parcial do processo inflacionário que reduz substancialmente a subida dos preços, especialmente os preços de alimentos, tem ensejado substancial aumento na procura de determinadas mercadorias. Leite e laticínios estão entre os bens cuja procura cresceu substancialmente.

A despeito de notável

(2) Estudo do Departamento de Economia Rural da UFMG.

aumento da produção de leite no ano de 1995, o Brasil naquele ano teve também que importar o maior volume de leite de sua história, para atender a sua demanda interna. O país importou cerca de 10% de toda a exportação de leite entre os países em 1995, ou seja, 3 milhões de toneladas.

A pressão da demanda, aliada às novas condições de comércio, recomenda busca de meios de aumentar sua produção de alimentos, para que este setor não venha a exigir mais reservas cambiais para ser suprido, ao mesmo tempo em que o setor agrícola nacional perde a batalha da competitividade dentro de seu próprio mercado consumidor.

4. Industrialização e Distribuição de Leite

Pela industrialização o leite fluido é inicialmente pasteurizado e padronizado em seu teor de gordura, para ser distribuído ao consumidor. Na forma fluida é que a maior parcela do leite é consumida.

Por meio da industrialização criam-se diferentes formas pelas quais o leite pode ser armazenado. Criam-se, também, diferentes produtos a serem oferecidos ao consumidor e para aumentar a utilização final do leite.

Na etapa da industrialização é que acontece a maior parcela de agregação de valor ao produto saído da fazenda. O produtor entrega seu leite a R\$ 0,20 (vinte centavos). O transportador cobra 15% (quinze por cento) para levá-lo até o entreposto ou a fábrica; agrega ao valor inicial R\$ 0,03 (três centavos).

A fábrica pasteurizando e padronizando o leite, ensaca-o, recolhe o imposto devido, transporta-o e o entrega, à padaria, ao supermercado ou à mercearia por

R\$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos). Neste processo, mais R\$ 0,32 foram agregados ao valor do leite que o produtor entregou por 0,20 (vinte centavos).

A padaria, o supermercado ou a mercearia, por sua vez, pelo trabalho de manter o produto por algumas horas, pelo imposto que paga, pela energia que gasta para mantê-lo gelado, e depois entregá-lo ao consumidor, soma mais R\$ 0,15 (quinze centavos) e cobra do consumidor pelo litro de leite R\$ 0,70 (setenta centavos).

Como o preço do produto cresce mais no processo de industrialização e distribuição, estas etapas tornam-se mais importantes para toda a sociedade, inclusive para o próprio fazendeiro.

Na indústria investe-se muito. As empresas empenham-se para criar novos produtos, os quais pretendem vender mais do que os de seus concorrentes. Para isso, elas fazem todo tipo de investimento. Contratam, por exemplo, cientistas para inventar produtos e formas para atrair os consumidores.

A indústria de laticínios nos países desenvolvidos cresceu e desenvolveu muito. As empresas naqueles países sabem que se não fizerem melhor do que as concorrentes não venderão seus produtos. Quando uma firma cria um produto diferente, as outras saem também a procura de novas formas. Com isto, a indústria progride, os consumidores aumentam seu conforto e o bem-estar na sociedade aumenta.

No Brasil, tradicionalmente, poucos produtos derivados do leite eram consumidos. Além do leite fluido, manteiga, queijo e doce de leite eram quase o que havia. O queijo mineiro, de coalho, reinou soberano por muito tempo. Havia também o requeijão, pastoso e o amarelo. Regional-

mente encontravam-se outros produtos.

As camadas de rendas mais altas da sociedade consumiam queijos importados, bem como outros produtos. Com a permissão da instalação de firmas estrangeiras no Brasil, com o aumento das facilidades de importação, a sociedade brasileira em geral passou a ter acesso a outros produtos lácteos. Hoje o brasileiro comum pode consumir os produtos laticínios mais requintados que existem.

Neste processo, a indústria brasileira também cresceu, porém desenvolveu pouco.

Do ponto de vista das empresas, não havia necessidade de desenvolver. As empresas mais tradicionais são muito grandes e o governo sempre quis leite barato, para alimentar os pobres. Nas regiões em que atuavam (ou atuam) estavam praticamente sozinhas. Algumas são chamadas cooperativas. A idéia era que o produtor de leite seria cooperado. Como tal, ele não sabe de nada que acontece com sua cooperativa. Lucros da distribuição de leite ele nunca viu. Ele tem, apenas, o direito de entregar seu leite a um caminhoneiro que faz a linha de leite na qual ele entrega seu produto. No fim do mês ele recebe os R\$0,20 (vinte centavos) por litro de leite que entregou.

O fenômeno de leite cota e extra-cota é conhecido de todos.

Os receptores e distribuidores de leite são grandes. Pelo seu tamanho e sua expressão conseguem também o que pretendem junto ao sistema. Por exemplo, no momento em que se produz mais leite, em que o produtor recebe preços mais aviltados, eles, receptores/distribuidores conseguem elevar o preço do produto pago pelo consumidor.

Essas "cooperativas" ainda atuam com poder de mercado. Os oligopsônios estão presentes em todas as regiões produtoras de leite. A Revista Leite B, em seu número 95, publicou as seguintes informações sobre o número de empresas de recepção de leite (quadro 1).

Quadro 1
Número de Empresas de Laticínios e a Recepção de Leite nos Estados

Estado	Nº de Empresas	Participação na Recepção
Minas Gerais	10	88
São Paulo	10	94
Rio Grande do Sul	7	92
Rio de Janeiro	10	85
Goiás/Distrito Federal	7	85

Fonte: Revista Leite B, n° 95, 1994

As empresas de leite são regionais, grandes, não investem ou investem pouco na criação de produtos e não criam marcas fortes. Por tudo isso elas certamente terão dificuldades no ambiente mais competitivo que vão enfrentar ou já estão enfrentando. A agroindústria nos países desenvolvidos progrediu muito no passado recente. No Brasil, o desenvolvimento de alguns setores da agroindústria foi notório. Admitindo o nível de desenvolvimento da agroindústria dos países mais avançados, no setor correspondente, igual a 100, tem-se a seguinte situação para o caso brasileiro:

Quadro 2
Defasagem Tecnológica da Agroindústria Brasileira

Setor	Progresso Tecnológico
Açúcar	78
Abate de animais e conservas	52
Preparação de leite e fabricação de laticínios	14

Fonte: 1, pag. 88

Com o mercado consumidor brasileiro (atual e potencial) de 160 milhões de habitantes, um setor concentrado e com o padrão de defasagem tecnológica indicado, o setor de laticínios no Brasil apresenta-se como uma atração

especial para capitais estrangeiros.

Veja-se, por exemplo, a seguinte relação de aquisições no setor:

Quadro 3
Aquisições de Empresas Brasileiras por Capital Externo - Laticínios

Empresa Enfiante (Nacionalidade)	Empresa Adquirida
Bongrain (FRA)	Scandia e C. Limpo
M. Fodda (DIN)	Vigor
Cassilever (GB/Hol)	Rex e Luna
Sodima (FRA)	Lacasa (Yoplat)
Parnalat (ITA)	Tobalina, Supremo, Spam, Via Láctea, Alimba, Lavisa, Alpha Star, Helena, Gogo, Mococa e Planalto.
BSN (FRA)	Chandler e LPC

Fonte: Bellik (2)

5. A Situação Internacional do Leite

O fato recente mais notório no comércio internacional de leite e derivados é reflexo do acordo de Marrakech que cristaliza as conclusões da Rodada do Uruguai de negociações do Acordo Geral de Tarifa e Comércio-GATT. Já na declaração de Punta del Este os ministros reconheceram "uma urgente necessidade de criar mais disciplina e previsibilidade no comércio mundial de produtos agrícolas, corrigindo e evitando distorções entre as quais aquelas relacionadas a excedentes estruturais". Procura-se reduzir a incerteza, os desbalanços e a instabilidade do comércio internacional de produtos agrícolas.

O Brasil, com as características de uma das mais fechadas economias do planeta, que buscava proteger as ineficiências de seus processos produtivos, com tarifas, quotas, contingenciamento, confiscos, incentivos, estímulos, subsídios etc. se vê agora frente a novo conjunto de regras e normas de comércio.

O Brasil participou do grupo de países que exigiu que o comércio de produtos agrícolas fizesse parte das discussões da Rodada do Uruguai. O país foi um

dos primeiros a eliminar ou reduzir substancialmente as deformações que se impunham ao desempenho do setor rural.

Tido como "eminente agricultor", ao longo de sua história mais recente (pós Segunda Guerra), o Brasil aceitou "alimentos para a paz" (doados), importava, comercialmente, com regularidade, grãos, leite, carne etc., para suplementar seu abastecimento. O brasileiro se beneficiava das condições criadas internacionalmente por países que subsidiavam, na origem, seus produtos agrícolas. O país eminentemente agrícola sempre importa alimentos.

O futuro certamente não trará muitas surpresas. O trabalho de um professor da Universidade de Arkansas concluiu que o Brasil, numa eventual liberalização global do comércio de produtos agrícolas, teria condições e necessidade de importar dez milhões de toneladas de arroz por ano.

Em relação ao leite e derivados, a situação atual de importador não se inicia com o novo esquema de comércio exterior. O Brasil sempre importou leite e, com novas normas, vai continuar importando.

A evolução recente do mercado internacional de leite e laticínios mostra, desde o fim da guerra, que a produção de leite no ocidente, de modo geral, tem sido marcada pela presença de excedentes. Nos anos 70, a assistência alimentícia aos países pobres foi baseada em grãos de origem americana e produtos lácteos de origem européia. Segundo a FAO, naquela década, as importações de lácteos (doados ou pagos) dobraram.

Na década dos anos 80, por sua vez, o crescimento da produção de lácteos se estabilizou, graças à crise de insolvência

em vários países e também à política de redução de produção de leite, com vistas a limitar o crescimento das despesas de governo com o produto. Esse procedimento foi adotado especialmente pela União Européia. A queda da produção mundial de leite no início dos anos 90 deve ser atribuída às mudanças políticas envolvendo o Leste Europeu e a União Soviética.

Nos últimos anos, o aumento da procura de produtos lácteos por parte do terceiro mundo tem sido notório. A rápida urbanização da população destes países aumenta a pressão de demanda de produtos lácteos entre outros. O atendimento a essa demanda pode beneficiar países em desenvolvimento que tiverem oportunidade de gerar excedentes de lácteos. O Brasil, certamente, irá ajudar a pressionar sua demanda.

Jacknik, ao analisar as possibilidades de crescimento da produção global de leite observa que, com todo o aumento de demanda e da produção que a atende, todo o leite movimentado no comércio internacional não passa de 6% da produção mundial de leite de vaca, totalizando cerca de 28 a 30 milhões de toneladas.

Apesar de reduzido, quando expresso em termos de equivalente leite, a parcela comercializada internacionalmente corresponde a: 11% da produção total da manteiga, 7% da produção de queijo, 26% da produção de leite desnatado em pó e 40% do creme integral, também em pó.

A União Européia ainda domina o comércio internacional de leite e de lácteos, embora sua participação no volume exportado tenha decaído. De 90 a 94 a participação da União Européia na

oferta de exportação de lácteos caiu 7% (quadro 4).

No mesmo período, foram registrados os seguintes reajustes:

Quadro 4
Variação nas Exportações de Lácteos no Período de 1990 - 1994
Principais Países Ofertadores

País	Parcela (%)	
	1990	1994
União Européia	55,5	48,5
Estados Unidos	1,4	9,0
Austrália	10,0	12,0
Nova Zelândia	20,5	28,5

Fonte: Federação Internacional de Laticínios.

Cerca de um terço do comércio internacional de produtos lácteos é realizado por meio de acordos bilaterais entre países, normalmente um industrializado e um do Leste Europeu.

As Américas, Central e do Sul, importam 10% dos produtos comercializados. A maioria das transações envolve leite desnatado em pó.

A União Européia era a principal fonte supridora da América Latina. Sua participação caiu de 57 para 51% entre 1990 e 1994. A participação americana cresceu de 2 para 8% e a australiana de 4% para 12%.

Depois do decréscimo da produção mundial de leite nos primeiros quatro anos da década de 90, o ano de 1995 registrou substancial aumento de produção. A produção brasileira passou de 16,09 bilhões de litros em 1994 para 18,005 bilhões em 1995. Apesar do acréscimo substancial na produção, as importações no ano também aumentaram sensivelmente, alcançando 3,2 bilhões de litros. Dez por cento de toda a exportação global de leite naquele ano.

O quadro 5 lista os principais países produtores em 1994

Quadro 5
Principais Países Produtores de Leite, 1994

Países	Quantidade Produzida (T)
União Européia	111.000.000
Estados Unidos	70.000.000
Índia	63.000.000
Rússia	42.800.000
Ucrânia	18.200.000
Paquistão	18.000.000
Brasil	16.700.000
Polónia	11.680.000
Nova Zelândia	9.800.000
Japão	8.400.000
Austrália	8.400.000
Canadá	7.700.000
China	7.500.000
México	7.500.000

Fonte: Jacknik - 9, página 4.

6. A Logística da Distribuição de Leite e as Miniúsinas

Ao longo da descrição do processo de coleta de leite e sua distribuição, do padrão de relacionamento entre o fornecedor de matéria-prima e o industrial, da distribuição de retornos obtidos na atividade, vão-se percebendo aquelas etapas onde aparentemente, há ganhos a serem capturados por inovações que puderem ser implantadas ou inseridas no processo.

Algumas características do processo tradicional acabam por atrair a atenção do observador, mesmo o menos atento. Por exemplo, a parcela do preço pago pelo consumidor que representa o que o produtor recebe é algo que sempre chama a atenção.

Dada a necessidade de operar com escala, as indústrias tradicionais têm que ampliar o raio de sua captação de leite. Elas têm que investir no transporte, as vezes em entrepostos de resfriamento, além de outras facilidades das quais dependem. Neste processo o número de fornecedores de matéria-prima cresce muito e os contatos da indústria com todos fica mais difícil.

Por sua vez, a indústria não tem contato com o consumidor, no que é substituída pelas instituições que compõem seus pontos de vendas. Especialmente no setor de laticínios no Brasil, as grandes indústrias, por tradição, preocupam pouco com o consumidor. A melhor prova disto está na reduzida criação de produtos e na ausência de promoção dos existentes.

Uma miniusina, em contrapartida, é uma mini-indústria. Exige reduzida parcela de capital. Certamente irá processar leite de pequenos produtores, com quem manterá contatos constantemente e com os quais interagirá. Uma miniusina dependerá da produção de cada um de seus fornecedores, para desenvolver, crescer, ou, até mesmo, para sobreviver. Ela entende e demonstra que a qualidade de seus produtos se liga diretamente à do seu fornecedor.

O progresso de seu fornecedor redundará em seu próprio crescimento. As atividades de compra junto aos fornecedores enfatizam o destino comum das relações verticais. O produtor, fornecedor de matéria-prima, entende que bons resultados da miniusina com quem trabalha certamente redundarão em bons resultados para ele próprio.

Em certo sentido, a operação via miniusina enseja a eliminação ou redução de algumas etapas e características do processo tradicional que devem mudar para melhor. O desempenho das duas componentes está estritamente relacionado com seu grau

de articulação entre as duas etapas: a produção rural e a industrialização.

De fato, a necessidade de se estabelecer um longo tempo de colaboração, de sólidos mecanismos de fixação de preços e pactuação de margens ao longo da cadeia de produção induz a emergência de uma verdadeira solidariedade produtiva. A busca de esquemas de associação entre fornecedores de matéria-prima e indústrias pode dar origem a novos métodos organizativos.

7. Comentários Finais

Este trabalho argumenta que as miniusinas processadoras podem representar uma mudança nos esquemas tradicionais de industrialização e distribuição de leite. Elas não substituirão as grandes "cooperativas" que operam no mercado. Nos mercados em que as miniusinas se inserirem poderão promover mudanças desejáveis. Entre estas, citam-se, por exemplo: ao participar do escoamento do leite de pequenos produtores, elas os colocam bem próximos de seus consumidores. Os três componentes (produtores, processadores e consumidores) se beneficiarão desta proximidade com a comercialização do leite via miniusinas. O produtor tem oportunidade de melhor participação no valor agregado a seu produto (ele consegue um preço melhor para seu leite). A possibilidade de o próprio produtor levar seu leite à usina permite-lhe incorporar ao preço recebido o primeiro transporte de leite. A proximidade

da usina garante este procedimento.

A miniusina também economizará transporte, e receberá o leite menos batido, menos viajado, portanto, de melhor qualidade. O consumidor se beneficiará de um produto de melhor qualidade, que lhe chegará às mãos a preços menores.

Este documento inspirou-se na presença maciça de miniusinas no Estado de Goiás. Naquele estado o sucesso dessas instituições tem sido comprovado pelo programa de distribuição de leite a famílias carentes. A existência daquele programa ensinou o aparecimento de miniusinas em todo o estado. Hoje pode-se afirmar que em todo município de Goiás toma-se leite pasteurizado. Um bom número de miniusinas desse estado já produz e distribui derivados de leite, vários tipos de queijos, manteiga, iogurte etc.

As miniusinas têm melhorado a rentabilidade dos pequenos produtores com quem trabalham e têm melhorado a vida dos consumidores a quem atendem. O trabalho dessas pequenas indústrias que operam em Goiás não tem interferido substancialmente no mercado das sete grandes receptoras que continuam recebendo 85% do leite produzido no estado.

As notícias de competição imperfeita (desleal) por parte dos grandes receptores de leite ainda são oficiosas, ficam, portanto, para outra abordagem.

Nota do Editor: Uma versão anterior deste trabalho foi discutida no I Encontro da Política Social do Leite em Goiânia-GO, em setembro de 1996.

BIBLIOGRAFIA

Associação Brasileira de Agribusines (Abag) - Segurança Alimentar, uma Abordagem de Agribusiness, São Paulo S.P. - 1993 162 p.

Belik. W - Agroindústria e Reestruturação Industrial no Brasil: Elemento para uma Avaliação, in Ramos et. alii op. Cit. pg 107-123.

Cramer G. L, Wailes E. J., Goroski J. M, Phillips S. S. The Impact of Liberalizing Trade on The World Rice. Market: Aspatial Model including Rice Oceality, special report 153 Division of Agriculture, University of Arkansas, 1991, 49 pg.

Cruz J. C. F. Teixeira, E. C. e Raggi L. A Análise da Competitividade no Mercosul - Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER Vol. 32. Nº 2 abril/junho 1994 pp. 175 - 192.

FAO - Boletim Trimestral de Estatística - Roma, 1993.

Green R. H., Principalew Tendencias de la Reestructuracion del Sistema Agroalimentario en Europa. Comunicação apresentada no Seminário sobre reconversão agrícola e agroindustrial organizado pelo subgrupo de política agrícola do Mercosul e o IICA - Porto Alegre, 28 e 29 de abril de 1993 - 13 páginas.

Hoffman R. e Scampini, P.J. -O Consumo de Leite - Preço Agrícola - Ano 10, 114 - Abril 1996 Fealq/ CEPEM e USP/ ESALQ pp. 4 e 5.

Homem de Mello, F.B. Um Diagnóstico sobre Produção e Abastecimento Alimentar no Brasil, Agricultura em São Paulo, SP, 49, 115-116, 1988.

Jacknik - ph - Brazil and the World Dairy Situation - Agosto de 1996.

Maricochi L. Ferreira C.R.R.P.T; Fagundes, L. e Bartolomeu E.E Produção de Leite no Estado de São Paulo: Potencial Tecnológico- Agricultura em São Paulo, São Paulo (1994), vol..41 N 2 pag 141 - 157.

Ramos p: Reydon B.P. - (organizadores) Agropecuária e Agroindústria no Brasil, Ajuste, Situação Atual e Perspectiva, Campinas, S.P. ABRA, 1995 - 254 p.

Revista LEITE B, nº 95 - 1994.

SEBRAE MG- FAEMG - Diagnóstico da Pecuária Leiteira do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996 102 p.